

## OS JOVENS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**RENATA SILVA PADILHA; MAURÍCIO PINTO DA SILVA**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Relações Internacionais – Discente  
*imjedire@gmail.com*

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental – Professor/Orientador  
*mauriciomercosul@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Em 2015 a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (setembro) aprovou a Agenda 2030. Esta agenda consiste em uma Declaração com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda global. Trata-se de uma estratégia de continuidade dos trabalhos iniciados pela agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos entre os anos de 2000 e 2015.

Os ODS aprovados foram inspirados pelos ODM, e construídos de forma a completar o trabalho e a responder a novos desafios, especialmente sobre a temática da sustentabilidade. Os ODS são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. (ONU/PNUD, 2016).

Dentre os 17 Objetivos encontra-se o ODS 5 – Igualdade de gênero, que tem por atribuição “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”; dentre suas metas destaca-se a de “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Nesse sentido, o presente trabalho visa de forma preliminar identificar jovens mulheres eleitas para os legislativos como a Câmara Federal dos Deputados (RS); Assembleia Legislativa (RS), Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas/RS, no período entre 2000 e 2016 visando compreender parte da trajetória e contribuir para a reflexão acerca de medidas para o desenvolvimento de ações em busca do alcance do referido ODS 5.

### 2. METODOLOGIA

Nesta etapa de estudos preliminares, as estratégias metodológicas centraram-se em dois processos. O primeiro de caráter bibliográfico, com o objetivo estudar e compreender os conceitos sobre juventude, jovens e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Concomitantemente, com ênfase em identificar jovens mulheres eleitas para a Câmara Federal dos Deputados (RS); Assembleia Legislativa (RS) e Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas ao longo do período de 2000 a 2016 buscou-se por meio das informações disponibilizadas no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), identificar quantitativamente a condição de mulher e mulher jovem eleitas nos referidos pleitos.

Por fim, o estudo, busca analisar e relacionar – de forma preliminar - os dados obtidos a partir do enunciado no ODS 5 – Igualdade de Gênero, especialmente sob o prisma da meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; e de seu indicador de

acompanhamento que dispõe sobre o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2015, foram criados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável por 193 países com intuito de trazerem melhorias com diversos aspectos da sociedade tanto em questões econômicas, políticas e sociais.

Nesse contexto, o presente trabalho busca a partir do enunciado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 que trata sobre Igualdade de Gênero, especificamente com o indicador 5.5 - Percentual de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais. Além disso, aprofundou-se os estudos para os âmbitos municipal e legislativo estadual, afim de compreender de forma mais ampla este processo.

O papel da mulher na política tem sido negligenciado por muitos anos, numa sociedade em que o papel da mulher, muitas vezes, é minimizado ao cuidado do lar e garantia da educação para seus filhos, fazer parte da tomada de decisões na vida política tem sido em muitos países uma tarefa ainda considerada absurda. No Brasil, não é diferente, o processo histórico de participação da mulher nos diferentes legislativos tem sido em termos quantitativos um desafio para a sociedade. Contudo, indicadores mostram a constante evolução no número de mulheres/candidatas que se dispõe em participar e alterar esta realidade.

Nesse sentido, a importância do jovem em ambientes políticos se faz necessária dada a falta representatividade em assuntos considerados de importância ao público jovem. Na busca de compreender, disseminar e debater este tema, apresenta-se, abaixo os dados comparativos das eleições para os referidos pleitos, no período de 2000 a 2016.

TABELA 01: Câmara de Vereadores do município de Pelotas/RS

Período 2000 - 2016				
_tipo de eleição	Ano	Quantidade de mulheres candidatas	Quantidade de mulheres eleitas	Quantidade de jovens eleitas (18-29 anos)
Municipais em Pelotas (vereadora)	2000	53	4	0
	2004	52	2	0
	2008	51	1	0
	2012	105	0	0
	2016	111	4	0

Fonte: TSE.

Observando-se os dados, pode-se notar que o número de candidatas entre 2000 e 2008 se manteve em equilíbrio. No pleito seguinte, em 2012 o número de candidatas dobrou. Contudo, a quantidade de mulheres eleitas nos dois primeiros períodos analisados em consideração ao número de candidatas é altamente desproporcional ao número de mulheres que tem como objetivo se engajarem na política. No ano de 2012 essa taxa é ainda mais preocupante, pois o número de candidatas dobrou – em comparação ao período anterior – e nenhuma mulher foi eleita.

Em 2016, há um pequeno aumento na quantidade de mulheres candidatas e apenas quatro eleitas. Um dado preocupante, pois em 2000 o número de candidatas era 50% menor e ainda sim quatro mulheres foram eleitas. Ou seja, o número de mulheres interessadas na política aumentou duas vezes em 12 (doze) anos e a quantidade de eleitas seguiu a mesma.

Os dados mostram, ainda, no período de dezesseis anos, não houve nenhuma jovem entre 18 e 29 anos eleita.

TABELA 02: Assembleia Legislativa do estado do RS

Período 2000 - 2014			
<b>Tipo de eleição</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade de mulheres eleitas</b>	<b>Quantidade de jovens eleitas (18-29 anos)</b>
<b>Assembleia Legislativa (RS)</b>	2002	1	0
	2006	4	0
	2010	10	0
	2014	7	0

Fonte: TSE.

Dados do último censo do IBGE mostram que a população de jovens mulheres entre 15 e 29 anos no estado do Rio Grande do Sul é de 1.314.988. A quantidade de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul durante os períodos de 2002 a 2014 não ultrapassou 10 mulheres e, por quatro legislaturas, nenhuma mulher jovem foi eleita.

TABELA 03: Câmara Federal (RS)

Período 2000 - 2014			
<b>Tipo de eleição</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade de mulheres eleitas</b>	<b>Quantidade de jovens eleitas (15-29 anos)</b>
<b>Câmara Federal (RS)</b>	2002	4	0
	2006	3	1 (25 anos)
	2010	2	0
	2014	1	0

Fonte: TSE.

Percebe-se na tabela acima que a quantidade de mulheres eleitas pendeu desde o período de 2002 até o período de 2014, porém, pela primeira vez em nosso estudo, há a recorrência de uma mulher jovem eleita, no ano de 2006.

#### 4. CONCLUSÕES

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Organização das Nações Unidas se constituem em uma estratégia em busca de uma situação melhor para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, o processo de alcance dos Objetivos propostos dependerão também da capacidade da sociedade dos diferentes países em elaborar e executar ações com fins neste Objetivos.

O estudo sobre a temática dos jovens, das mulheres jovens e sua participação na política tem por objetivo contribuir para a alteração da situação

atual. Assim, identificou-se a partir do estudo realizado, mesmo que de forma quantitativa a necessidade um histórico de pouca/baixa participação de jovens na política e por consequência um ínfimo índice relativo a condição de eleito (a) desta parcela significativa da população brasileira.

Nesse sentido, percebe-se, ainda a necessidade de continuidade e aprofundamento do estudo iniciado, em uma perspectiva também qualitativa deste processo histórico estudado. Por fim, teve-se por objetivo disseminar e refletir sobre importante temática, com o propósito de contribuir para melhor compreensão e sugestão de ações para o alcance dos ODSs no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SENADO FEDERAL, PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, CÂMARA DOS DEPUTADOS, SECRETARIA DA MULHER. + **Mulheres na Política**. Local de Edição: 2. ed. Brasília. 2015. Disponível online em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/510155>

OLIVEIRA, K. P. **ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: ESTUDO APLICADO ÀS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVA**. 2013. Monografia – Programa FAPEMIG e FJP.

SILVA, M. L. O, SEIXAS, T. M. S. **LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: UM DOCUMENTO SOBRE A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO FEDERAL**. 2017. Dissertação (Graduação) – Curso de jornalismo, Universidade de Brasília.

TSE. **ESTATÍSTICAS ELEITORAIS**. Acessado em 3 set. 2018. Online. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>.

ONUBR. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Acessado em 3 set. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>